

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARTA DE SOUZA TAVARES DA CUNHA

PROFESSORA SIM, HOJE E SEMPRE

CAMPINAS

2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARTA DE SOUZA TAVARES DA CUNHA

PROFESSORA SIM, HOJE E SEMPRE.

Memorial apresentado ao Curso de Pedagogia
- Programa Especial de Formação de
Professores em Exercício nos Municípios da
Região Metropolitana de Campinas, da
Faculdade de Educação da Universidade
Estadual de Campinas, como um dos pré-
requisitos para a conclusão da Licenciatura em
Pedagogia.

CAMPINAS

2006

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

C914p Cunha, Marta de Souza Tavares da
Professora sim, hoje e sempre : memorial de formação / Marta de Souza
Tavares da Cunha. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual
de Campinas, Faculdade de Educação, Programa Especial de Formação de
Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas (PROESF).

1.Trabalho de conclusão de curso. 2. Memorial. 3. Experiência de vida.
4. Prática docente. 5. Formação de professores. I. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-695-BFE

EU APRENDI

“...que a melhor sala de aula do mundo está ao pé de uma pessoa mais velha;
...que um sorriso é a maneira mais barata de melhorar a aparência;
...que ser gentil é mais importante do que estar certo;
...que eu sempre posso fazer uma prece por alguém, quando
 não tenho a força para ajudá-lo de alguma outra forma;
...que não importa quanta seriedade a vida exija de você, cada um de nós
 precisa de um amigo brincalhão para se divertir junto;
...que algumas vezes tudo o que precisamos é de uma mão
 para segurar e um coração para nos entender;
...que deveríamos ser gratos à Deus por não nos dar tudo o que pedimos;
...que dinheiro não compra classe;
...que são os pequenos acontecimentos diários que tornam a vida espetacular;
...que debaixo da “casca grossa” existe uma pessoa que deseja
 ser apreciada, compreendida e amada;
...que Deus não fez tudo num só dia; o que me faz pensar que eu possa?
...que ignorar os fatos não os altera;
...que o AMOR e não o TEMPO, é que cura todas as feridas;
...que cada pessoa que a gente conhece deve ser saudada com um sorriso;
...que ninguém é perfeito até que você se apaixone por esta pessoa;
...que as oportunidades nunca são perdidas, alguém vai aproveitar as que você perdeu;
...que quando o ancoradouro torna-se amargo, a felicidade vai aportar em outro lugar;
...que devemos ter sempre palavras doces e gentis, pois amanhã
 talvez tenhamos que engoli-las;
...que todos querem viver no topo da montanha, mas toda
 felicidade e crescimento ocorre quando você está escalando-a;
...que quanto menos tempo tenho, mais coisas consigo fazer.” (Shakespeare, W.)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me achou merecedora deste estudo,

A meu pai, que tantas vezes me auxiliou nestes três anos,

Às amigas do grupo de estudo, pela paciência e comprometimento,

À Silvana Alves Valentini, muito mais do que amiga, a irmã que não tive,

Aos professores do curso, que nos ensinaram tantas coisas.

Dedico este trabalho e todo o meu curso à minha MÃE, que já não está mais entre nós, mas que sempre torceu pelo meu sucesso pessoal e profissional e para quem eu sempre disse que se um dia fizesse faculdade, seria na UNICAMP, e aqui estou, mas ela não.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
1. INÍCIO DE TUDO.....	08
2. PROFESSORA SIM, PORQUE NÃO?.....	11
3. DOCÊNCIA – COMEÇO DIFÍCIL.....	13
4. UMA NOVA VIDA – RECOMEÇAR.....	18
5. A PROFESSORA VOLTA A SER ALUNA.....	19
6. NOVAS DESCOBERTAS A RESPEITO DAS CRIANÇAS.....	23
7. MULTICULTURALISMO – UM NOVO OLHAR.....	37
8. TEMAS TRANSVERSAIS – UMA IDÉIA MARAVILHOSA.....	42
CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

APRESENTAÇÃO

Nestas linhas que inicio a escrita agora, pretendo que o meu leitor conheça um pouco da trajetória de minha vida – desde meu nascimento até os dias atuais – bem como de alguns acontecimentos marcantes desta jornada que me fizeram ser o que sou hoje -- uma profissional que não aceita ordens vindas de superiores sem um bom questionamento, que sabe o que fazer com seus alunos, sem que precisem lhe dizer o quê e como trabalhar isto ou aquilo com as crianças, para que elas possam desenvolver-se da melhor forma possível. Relatarei de forma simples como foi minha infância, minha adolescência, a escolha de minha profissão, os primeiros anos como professora e a faculdade – o que trouxe de bom, de não muito bom, o que mudou em mim com tudo o que aprendi e o que ainda pretendo aprender, visto que aprendemos sempre.

As minhas escolhas na escrita do memorial, tem muito haver com minha vida antes da faculdade, pois pretendo abordar na disciplina Educação da criança de 0 a 6 anos a evolução das escolas infantis, as concepções de ser criança ao longo da história mostrando que, uma vez estando inserido em uma sociedade e sendo um sujeito historicamente construído, as ações da escola, professores, alunos, pais, etc., perpassam por fatos da história da educação, que influenciam o cotidiano até hoje; na disciplina Multiculturalismo abordarei como o respeito às diferentes culturas, raças, etnias, etc, que nos auxiliam em nosso trabalho na sala de aula, pois antes de mais nada trabalho com seres humanos e não com máquinas. E na disciplina Temas Transversais falarei um pouco sobre a origem das disciplinas escolares, suas contribuições, discorrerei um pouco sobre a interdisciplinariedade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade e como o trabalho com temas transversais é desenvolvido, fazendo um paralelo com minhas experiências em sala de aula e na escola, tudo isso para mostrar ao leitor como as disciplinas me auxiliaram a ser o que sou hoje, não mais a criança gordinha e tímida, a adolescente sem jeito e com poucos argumentos e sim uma profissional crítica, que reflete sobre seus erros fica feliz com os acertos, apesar de estar sempre em constante aprendizado.

I – Início de tudo

Nasci aos quatorze dias do mês de Outubro de 1972, em Campinas, mais precisamente na Maternidade, de uma cesariana difícil, depois de uma gravidez ainda mais complicada, na qual minha mãe e eu quase morremos (mamãe teve pré-eclâmpsia, que naquela época não era comum, por isto ela inchou demais e quase morremos). Devido a isto, meu pai, em desespero e católico fervoroso, encontrou em um jornal uma novena de Santa Marta, quando ainda faltavam algumas semanas para eu nascer e o médico de minha mãe já havia dito a meu pai que talvez não conseguisse salvar as duas no parto. Ele resolveu então fazê-la e prometeu que, se nós sobrevivêssemos e o bebê fosse uma menina, que se chamaria Marta. Aqui estou!

Devido a esses problemas, minha mãe nunca mais pode ter filhos, por isto sou filha única e desde pequena sempre fui muito ligada e dependente de meus pais, principalmente de minha mãe. Nos meus primeiro anos, vivi superprotegida, quase não tinha amigos, morávamos em Salto, numa avenida movimentada, então fazer amizades, ficava difícil. Só brincava com outras crianças quando vinha na casa de minha avó, que morava em Valinhos, aí eu me divertia com meus primos e vizinhos dela. Mas em casa, meu pai trabalhava demais e eu e minha mãe ficávamos muito sozinhas.

Em 1978, no início do ano, eu quis ir pra escola que tinha perto de casa (um colégio de freiras) que estudei só 2 meses, pois sentia muita falta de minha mãe e não gostava do método de ensino (tradicionalíssimo e cheio de regras), as quais éramos obrigados a obedecer sem questionar, Apesar de já estar em idade de escolarização, naquela época nem todas as crianças faziam pré-escola, pois haviam poucas e a maioria eram pagas (pelo menos em Salto, na cidade que morávamos). Hoje afirmo que o sistema de ensino era tradicional onde eu estudei, devido aos meus conhecimentos acerca disto, mas na época eu não tinha essa consciência, eu detestava as regras, os deveres e obrigações que tínhamos (rezar todo dia antes de entrar na aula, descansar de cabeça baixa na carteira depois do recreio, que era supervisionado pelas freiras e brincávamos muito pouco, por exemplo). Além disto, na sala não havia brinquedos, as carteiras eram enfileiradas umas atrás das outras, fazíamos várias atividades mimeografadas

e tínhamos o ensino religioso, que eu gostava menos ainda, talvez por não acreditar em muito do que diziam, pois não era o que eu aprendia em casa.

No ano seguinte, fui matriculada em uma pré-escola em Valinhos, perto de onde morávamos (nesta época havíamos mudado para cá, pois meu pai sofreu um derrame e foi obrigado a se aposentar, então resolveram que seria melhor vir morar perto dos parentes de minha mãe, que são todos de Valinhos). Não gostava do método de ensino (que hoje reconheço como montessoriano), no qual não podíamos criar, até para brincar com um brinquedo tínhamos que seguir passos, mas como a professora era muito boa (sou amiga dela até hoje), eu fui à escola. Na vida pessoal fui obrigada a me adaptar à falta de minha mãe (que começou a trabalhar fora porque a aposentadoria do meu pai não era suficiente para nosso sustento, realidade que nunca havia vivido, pois meu pai sempre ganhou bem). Na escola, além de encontrar dificuldades de me adaptar com o ensino, tive que agüentar ainda os colegas, que me provocavam o tempo todo, só porque eu era a maior da classe (alta e gordinha). Aí começaram meus problemas de timidez, pois eu abria a boca para falar e eles começavam a me xingar e a tirar sarro de mim. Nisto minha professora foi negligente, pois não me lembro dela ter me defendido nenhuma vez, nem de ter sido feito algum trabalho sobre as diferenças de cada um e como conviver com elas. Talvez naquela época os estudos sobre inclusão não fossem tão difundidos como hoje, visto que os ditos “especiais” pela sociedade, raramente freqüentavam as escolas dos “normais”. Este assunto daria margem para uma discussão muito grande, baseado nas teorias que aprendemos hoje na disciplina Educação Especial, mas como este não é o meu enfoque no memorial, não me alongarei mais.

Hoje reflito sobre tudo o que vivi na minha idade pré-escolar e percebo que, tanto a escola de Salto que era tradicional como a de Valinhos, que era montessoriana não me deram base nenhuma para a primeira série. Poucos conteúdos ficaram em minhas memórias e, se cheguei ao ensino fundamental lendo, foi pelo esforço e vontade de minha mãe, que nas suas horas vagas me dava muita atenção e me ensinou a ler juntando as sílabas em historinhas de gibis, as quais amo de paixão até hoje. Naquela época (1978/1979), a educação infantil não era tão difundida como é hoje e muitos pais nem colocavam seus filhos nela, só na primeira série. Escreverei mais sobre este aspecto quando abordar sobre a disciplina Educação da criança de 0 a 6 anos.

Durante o ensino fundamental (primeira à quarta série), estudei em uma escola rural em Valinhos mesmo, pois na época nós morávamos de caseiros em uma chácara no bairro Country Club, que é rural, onde o método de ensino era tradicional, mas as professoras que tive foram muito boas e com relação à aprendizagem, não tenho do que reclamar, muito aprendi com elas, mas os meus problemas de discriminação continuaram e a minha timidez cada vez mais aumentava. Não me lembro de ter dançado quadrilha em festa junina nenhuma vez (ninguém queria ser meu par), nem nas festas escolares, pois quando não era de par eu tinha tanta vergonha que não queria participar.

Esse aspecto deixou de ser bem trabalhado pelas minhas professoras, ainda mais no ensino fundamental, que as crianças estão ainda em processo de construção de sua identidade e infelizmente não foi o que aconteceu (talvez novamente, pela falta de acesso a informações sobre o assunto ou por displicência mesmo), não cabendo aqui julgamentos nem teorizações, para não perdermos o foco central do meu trabalho, que não está na educação especial, mas sim, no multiculturalismo e no respeito a todo tipo de diferenças, não apenas às crianças deficientes. Retomando o que eu estava escrevendo, todas as professoras que tive foram coniventes com as discriminações que eu sofria, fazendo vista grossa. Eu só me destacava pelas minhas notas, que sempre foram A e B (as melhores daquela época), e pela minha responsabilidade com atividades, trabalhos e lições de casa, que muitas vezes fazia sozinha, pois meus pais trabalhavam de caseiros na chácara que eu morava e pouco tempo tinham para me auxiliar. Sempre gostei muito de escrever e ler, então ajudava os colegas que tinham dificuldade nas aulas e em casa vivia brincando de professora, onde eu dava aulas para minhas bonecas, pois eu continuava sem amigos, encontrando-me com eles na escola somente, pois as chácaras eram longe umas das outras, dificultando as amizades.

II – Professora sim, porquê não?

“Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnóstica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e seriedade” FREIRE, 1996 p.24

Da quinta à oitava série, já na adolescência, descobri que poderia usar minha facilidade de aprender os conteúdos a meu favor e comecei a apresentar alguns trabalhos em grupo, continuei oferecendo-me para ajudar os colegas quando precisavam, ia resolver exercícios na lousa... A partir de então, passei a ser vista como puxa-saco, CDF, etc., continuei a não ter apoio dos professores para resolver meus problemas com os colegas e numa fase em que as paqueras, o ficar e o namorar são constantes para a maioria dos adolescentes, eu tive só um namorico de 2 semanas e nada mais, devido ainda ao sentimento de inferioridade que me acompanhava (nesta época continuava morando em chácara, mas vinha de ônibus estudar em uma escola perto do centro da cidade, pois a escola rural só ia até a quarta série).

Quando ingressei no ensino médio, fui estudar em uma escola em que, o primeiro ano era básico, e a partir do segundo escolhia-se o curso que gostaria de fazer, pois na época, a grade curricular era assim constituída. As opções eram poucas: Magistério, Técnico em Administração de Empresa, em Arquitetura, em Química e em Mecânica. Estava com intenção (e era apoiada pela família) de fazer administração, pois já estudava inglês e datilografia, então estava no ramo certo. No final do primeiro ano, houve uma feira de profissões na escola, na qual cada curso deveria mostrar um pouco do que tinha a oferecer. Fui visitar todos os stands e detestei o de administração – cálculos, previsões de gastos, planilhas..., Isto não era pra mim! Deixei o Magistério por último e quando apresentaram uma peça de teatro sobre a profissão, resolvi ir assistir. Chorei do começo ao fim da peça, me vi na posição das professoras e resolvi: faria magistério. No dia da escolha, já havia conversado com minha mãe, mas com meu pai não, pois seu sonho era eu ser uma secretária bilíngüe e não uma professora. Depois da escola, voltei pra casa e contei para ele o que havia escolhido...Ouvi muitos comentários depreciativos sobre minha escolha, palavrões e ameaças do meu pai, mas fiquei firme. Até ficar sem comer ele ficou para me pressionar, mas não mudei minha escolha. Iniciei o

Magistério cheia de expectativas e ilusões, pois no decorrer do curso aprendi muito, fiz novas amizades (algumas perduram até hoje), passei a ser mais expansiva, menos tímida, mais confiante no meu potencial e capacidade, argumentava mais com as colegas e professores sobre o que discordava (apesar de muitas vezes a opinião deles prevalecer), mas também me decepcionei muito, principalmente nos estágios, pois tudo o que parecia ser lindo, maravilhoso, na realidade não era. Na verdade, a concepção de educação passada nestes cursos raramente condiz com a realidade e é na prática, depois de formadas, que vamos aprender a ser professoras.

Pouco aprendi sobre os pedagogos e psicólogos que escreviam sobre educação, menos ainda sobre fazer um planejamento (só fizemos uma simulação de diário, mas semanal e mensal, nem pensar!), bem como os estágios eram horríveis, vi cada tipo de professora que me desestimulavam a ser uma, mas não desisti. Com o tempo meu pai foi aceitando e no dia da minha formatura ele e minha mãe me deram um "anel de formatura do magistério", demonstrando que acreditavam em mim como a profissional que queria ser.

III- Docência – começo difícil

“É nesse sentido que reinsisto em que *formar* é muito mais do que puramente *treinar* o educando no desempenho de destrezas...”
FREIRE 1996 p. 14

Terminei o magistério em dezembro de 1990 e no ano seguinte já estava em uma sala de aula, pois eu encaminhei um currículo para a prefeitura de Valinhos e como naquela época ainda não contratavam os professores por concurso e sim por indicação de alguém que trabalhasse na prefeitura, minha mãe já não trabalhava mais como caseira, havíamos conseguido comprar um apartamento financiado pelo extinto BNH e ela trabalhava como merendeira na prefeitura, conversou com a secretária de educação, que me chamou e me deu uma sala de aula numa escola rural, com 26 alunos de pré-escola (06 anos). Eu, sem nenhuma experiência e tendo que enfrentar a comunidade já no primeiro dia de aula, pois minha sala seria a única da escola, a outra seria fechada a princípio, por falta de alunos, comecei minha vida profissional.

Fiquei muito apreensiva, pois eu teria que dar esta notícia, e como pensei, os pais ficaram muito bravos, mas com calma fui explicando-lhes o problema e também fui mostrando-lhes que, se queriam mais salas de aula, deveriam organizar-se enquanto comunidade, procurando crianças que estivessem fora da escola para aumentar o número de alunos e abrir a nova sala. Foi o que fizeram e em dois meses eu já dividia a sala (em períodos contrários), com uma sala mista de infantil I e II.

A metodologia a ser trabalhada com as crianças seria a Montessoriana (justo eu, que odiava isto quando criança, fui obrigada a trabalhar com meus alunos), sem base nenhuma, sem ter estudado a teoria e me considerando a pior das professoras, pois eu não acreditava no que estava fazendo e, ao mesmo tempo, não conhecia bem. Minha insegurança quanto ao meu trabalho era tanta, que a sala tinha uma janela grande de frente para o portão da escola e eu ficava sempre de olho para ver se vinha alguém da prefeitura para me fiscalizar. Até que um dia veio mesmo e eu levei a maior bronca, pois não vi a pessoa chegar e estava sentada na minha mesa explicando uma atividade para um aluno, quando a supervisora entrou e me

questionou, se eu estava com algum problema de saúde para estar sentada, pois isto não era permitido dentro da concepção de escola deles.

Até hoje penso que diferença fazia eu estar de pé ou sentada, se eu estava com minha atenção voltada para os alunos? Ainda não descobri. Fiquei por dois anos naquela escola e no final de 1992 consegui remoção para uma escola mais perto de minha casa. Iniciei o ano de 1993 cheia de expectativas, pois além de mudar de escola, a administração municipal havia mudado e com ela vieram novas concepções de ensino. Além de tudo eu havia me casado em Dezembro de 1992 e estava me sentindo muito feliz.

Implantaram o PROEPRE em Valinhos. Foi um grande investimento da prefeitura, pagando o curso para nós, dispensando-nos mais cedo em julho e voltando mais tarde em fevereiro para que pudéssemos cursá-lo. Foram 270 horas de estudos teóricos e prática (pois trouxemos crianças de uma creche para fazerem as atividades conosco durante o curso, com a devida autorização dos pais, é claro), que valeram muito, pois aprendi como se dá o desenvolvimento das crianças (segundo Piaget), a trabalhar diferente com cada nível de conhecimento e principalmente como fazer para eles evoluírem. Tudo prontinho, como uma receita de bolo. Legal não? Ainda brincávamos que as apostilas do PROEPRE seriam nossas “bíblis”, pois deveríamos andar com elas embaixo do braço o tempo todo.

Apesar do PROEPRE nos mostrar um método de trabalho baseado essencialmente nas concepções de Piaget, foi muito proveitoso, pois apesar de estarmos amarradas a uma única concepção e de termos que trabalhar todas iguais, fazendo as mesmas atividades, seguindo passo a passo o que diziam as apostilas, as crianças estavam progredindo e eu, pela primeira vez, me senti um pouco mais competente no que estava fazendo. Como nem tudo são flores, os problemas começaram com as supervisões das professoras que deram o curso para nós. Uma vez por mês elas vinham em nossa escola, sentavam em um canto da classe e ficavam observando tudo o que fazíamos e fazendo anotações em um caderno. Algumas deixavam para “corrigir-nos” no final da aula, outras o faziam na frente das crianças mesmo. E os questionamentos? Porque você fez isto e não aquilo? Você não acha que se fizesse de tal forma poderia ser melhor? Hoje reflito que, apesar de incômodo, desrespeitoso e até humilhante, foi necessário, pois aprendemos com os nossos erros, melhorando cada vez mais.

Muitas pressões sofremos pois o valor monetário investido em nós foi muito grande, então deveríamos dar retorno, mostrando serviço através do aprendizado das crianças e da nossa prática. Mas eles também sofreram muitas pressões, pois com a implantação do PROEPRE os pais revoltaram-se, pois não deveríamos mais dar atividades mimeografadas, o volume de papel que ia para casa diminuiu bastante e os pais questionavam se o nível de ensino não havia decaído. Nós professoras também modificamos nossa postura; depois de um ano com supervisão em sala de aula, já encontrávamo-nos capazes de propor atividades diferentes daquelas impostas, poderíamos criar sobre o que havíamos aprendido e isto nos estava sendo negado. Reporto-me a Larry Cubam, que aponta três hipóteses para explicar porque certas reformas educacionais falham:

“as reformas falham porque não conseguem solucionar o problema que procuram resolver, ou o problema que é definido como importante para ser resolvido não é o problema que precisa ser resolvido, e, portanto, as soluções (reformas) não são apropriadas, ou então, os problemas são dilemas persistentes que envolvem escolhas difíceis em relação a valores que podem estar em conflito.”
cf. CUBAM, 1990b IN, AFONSO p.59.

Usei este trecho para ilustrar a problemática que vínhamos enfrentando. No nosso caso, o PROEPRE tentou solucionar o problema de uma metodologia ultrapassada (montessori), segundo minhas concepções, mas não era apenas o único problema que deveria ter sido resolvido – instrumentaram-nos de vários conteúdos, impuseram-nos a prática destes com nossos alunos, sem nem ao menos informar os pais destas crianças, que acabaram sendo cobaias em nossas mãos, pois acertamos muito, mas também erramos e elas acompanharam todo esse processo conosco, e como diz Cubam, nosso problema era um dilema, pois estava ligado a escolhas de valores em conflitos (no caso, o investimento que a prefeitura fez esperando retorno e as expectativas dos pais com relação à aprendizagem de seus filhos).

Depois de muitas polêmicas, reuniões, debates, manifestações dos pais, abriram-nos uma porta estreita, para usarmos nossa criatividade e toda bagagem que tínhamos anteriormente na elaboração de projetos, atividades, inclusive tivemos reuniões para escolhermos os conteúdos mínimos que deveriam ser trabalhados por níveis, mas tudo dentro da metodologia proepriana e de acordo com as concepções de Piaget. Mas já foi uma abertura, muito boa para muitos, não para mim, pois me sentia segura do que estava fazendo, acreditava ter aprendido bem a

trabalhar com o Proepr e não me sentia capaz de opinar sobre conteúdos, pois nessa época eu estava com 4/5 anos de magistério, sendo que nestes eu havia trabalhado só com Montessori e Piaget. Fiquei novamente insegura, quase não falava nas reuniões, pois como eu iria dar uma opinião sobre o que não sabia? Na vida pessoal, minha mãe havia morrido e eu não tinha vontade nenhuma de estudar, ler, procurar novos saberes. Eu queria mais é continuar trabalhando do jeito que me sentia segura. Ou seja, me acomodei à situação.

Novamente fui aprendendo a trabalhar como estava sendo proposto, mas sem questionar-me se eu acreditava nisso ou não, se era o melhor para meus alunos, se eles estavam felizes ou não e o pior, eu acreditava que, se não conseguiam aprender o problema era deles, e não meu, pois como professora acreditava estar dando o melhor de mim. Talvez até estivesse na época, quem sabe? Mas ao mesmo tempo sentia que faltava algo, que ser professora não era apenas ensinar, dar atividades, repreender comportamentos inadequados... Comecei a inquietar-me profissionalmente e pessoalmente também, pois somos uma só pessoa e fica difícil separar o profissional do pessoal.

Logo depois de minha mãe ter morrido em 1996, eu estava em estágio probatório do concurso da prefeitura, pois até então eu era contratada e não concursada. Fiquei em depressão devido à morte dela e não conseguia trabalhar direito com meus alunos. Um belo dia, vieram a supervisora e a coordenadora em minha classe, observaram a aula e no final sentaram comigo para me criticar. Ninguém pensou nem quis saber o que eu estava sofrendo, disseram que na escola eu deveria deixar de lado meus problemas pessoais e ser apenas profissional, pois poderia ser prejudicada no estágio probatório, podendo até ser demitida. Fui para casa em desespero, pois eu gostava de ser professora, mas o meu lado pessoal estava interferindo na profissão e o que fazer? Aos poucos fui me recuperando, dando um novo rumo para minha vida, que ficou sem chão com a morte de minha mãe. Comecei a tentar engravidar, mas não conseguia, até que, em outubro de 1998 fiquei grávida e vim a descobrir em janeiro de 1999. Nesta época, o lado profissional já estava mais calmo, eu consegui separá-lo do pessoal, tanto que prestei concurso em Vinhedo, passando em vigésimo segundo lugar e sendo chamada para assumir em maio de 1999, grávida de 7 meses. Novamente iniciei um processo de aprendizagem, pois em Vinhedo não havia uma metodologia definida, apenas vários

conteúdos a serem trabalhados através de atividades diversas, sempre priorizando a alfabetização.

IV – Uma nova vida – recomeçar

Meu filho nasceu em julho de 1999, um pouco antes do previsto e por isto teve vários problemas de saúde até os 3 anos. Estes foram os piores anos da minha vida profissional e pessoal. Tive que me dividir em várias, pois além de tudo o que eu já fazia (cuidar da casa sozinha, sem a minha mãe, pagar as contas e fazer as compras, pois meu marido não era e continua não sendo competente para tal etc.), agora eu era mãe e como tal, tinha que zelar pela saúde de meu filho, em detrimento a qualquer outro aspecto, mas não foi fácil. Devido ao refluxo, meu filho tinha pneumonias de repetição (uma atrás da outra), sem contar as otites, amidalites e outras “ites” que ele vivia tendo. A cada uma delas, eu me afastava da escola para cuidar dele em casa, pois não tendo mais a minha mãe, sendo filha única e com parentes por parte do marido que não eram confiáveis, sobrava para quem? Para mim, é claro. Com isso, novamente fui chamada para conversar sobre meu desempenho como professora, mas desta vez, em Vinhedo, pois na época, meu estágio probatório não havia terminado já e em Valinhos sim.

O conflito entre ser mãe e ser uma boa profissional (porque excelente seria pedir demais, dadas as circunstâncias), estava acabando comigo. Me sentia culpada por não estar o tempo todo com meu filho e também por não ser uma professora mais presente e melhor para meus alunos. Em 2000 a administração municipal mudou novamente e com ela, vieram novas políticas educacionais, novos gestores, e tanto em Valinhos como em Vinhedo, a educação sempre foi ponto de campanha eleitoral, então a cobrança para nós aumentava a cada mudança de prefeito, pois quando o novo entra, quer mostrar que irá cumprir suas promessas eleitorais e começar por onde? Pela educação, é claro. Novamente fiquei desestruturada, pois novas concepções vieram, novas metodologias e eu, que já não estudava antes de ter meu filho, agora então, menos ainda. Na vida estamos em constante aprendizagem, mas eu não pensava assim. Considerava que o tanto que eu já sabia estava bom, não precisava de mais, para que? Para dar aulas a crianças de 4 à 6 anos? Não considerava necessário. Hoje vejo como estava errada, mas é errando que se aprende.

V – A professora volta a ser aluna

...”somos seres *condicionados* mas não *determinados*. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de *determinismo*, que o futuro, permita-me reiterar, é *problemático* e não inexorável.”
FREIRE 1996 p. 19

Em 2002 nos ofereceram em Valinhos, a oportunidade de cursar a Pedagogia pela UNICAMP, através de um convênio feito com as prefeituras dos municípios da região metropolitana de Campinas, para as professoras em exercício. Quando minha coordenadora de Valinhos veio conversar comigo sobre o curso, ela o fez como se isso fosse uma imposição da prefeitura, pois segundo ela havia uma lei que nos obrigava a ter nível superior, caso contrário, não poderíamos mais dar aulas. Pronto, agora sim é que estou perdida, pensei. Como vou estudar, trabalhar o dia todo e ainda ser mãe? Todas as minhas amigas de Valinhos que ainda não tinham faculdade animaram-se para prestar o vestibular. Eu não quis de forma alguma. Meu filho havia acabado de completar 3 anos, estava começando a melhorar de saúde, pois eu havia conseguido em Vinhedo colocá-lo na minha escola, mais perto de mim um período (de manhã ele ficava na creche, que é perto de minha escola e à tarde as crianças saíam da creche e vinham para a escola estudar), justo agora, como eu iria largá-lo? Neguei-me veementemente, sob protestos da coordenadora, mas não prestei o vestibular neste ano. Para as professoras de pré-escola em Vinhedo não foi dada a oportunidade de prestar o vestibular, pois a ordem era que somente as professoras de ensino fundamental prestassem naquele ano e que talvez no próximo, poderíamos fazê-lo. Fiquei tranqüila com relação à Vinhedo, mas em Valinhos, a pressão foi grande.

Mais um ano se passou e muitas mudanças ocorreram. Em 2003 eu continuava a dobrar período, meu filho já estava no Jardim I, na minha escola, sua saúde estava bem melhor, eu via o contentamento das colegas que estavam estudando, partilhava com elas as dificuldades da falta de tempo para fazer os trabalhos (até ajudei uma delas pesquisando um tema de um trabalho seu na biblioteca de Valinhos), mas sinceramente ainda não me sentia animada a voltar a estudar. Em Abril ou Maio saiu o edital para o vestibular e uma amiga da minha

escola em Vinhedo ficou me incentivando a tentar, pois ela também iria, depois de 18 anos de profissão, voltar a estudar se passasse no vestibular.

Como nada se faz sozinha, precisei do apoio do meu pai e do meu marido para decidir, pois se eu passasse seriam eles que cuidariam do meu filho para eu ir estudar a noite. Conversando com os dois vi que muitos empecilhos eram só de minha parte, pois me deram a maior força, comprometendo-se de me ajudar em tudo que fosse possível (não foi bem isso que aconteceu ao longo destes três anos, mas depois eu conto o resto). Impulsionada pela minha amiga, com o apoio da família e desejosa de voltar a estudar, resolvi tentar. Minha situação profissional não estava boa como eu gostaria, pois apesar da melhora da saúde de meu filho, ele ainda ficava doente (com menos frequência), e eu continuava faltando para ficar com ele. A metodologia de Valinhos e de Vinhedo me desestimulavam muito, eu estava cansada de fazer as mesmas coisas sempre do mesmo jeito e também foi em busca de algo novo, de uma renovação em minha carreira, que me encorajei a tentar o vestibular. Fomos fazer a inscrição, eu e minha amiga Silvana, que estava me estimulando a ir. Aquele dia foi hilário! Nos perdemos dentro da Unicamp, pegamos fila errada para fazer a inscrição e eu, além de tudo, fui obrigada a tomar uma decisão inesperada ali no ginásio, na hora da inscrição: se eu prestasse o vestibular pela prefeitura de Valinhos (a princípio era essa minha intenção, pois havia mais vagas disponíveis do que por Vinhedo), eu teria que estudar na Unicamp, e se eu optasse por Vinhedo, eu poderia estudar na cidade, não sendo obrigada a viajar todo dia. Optei prestar por Vinhedo, mesmo sabendo que seria mais difícil, pois haviam apenas 10 vagas disponíveis e muitas pessoas querendo, pois só neste ano abriram para as professoras de educação infantil prestar, mas resolvi tentar.

Neste dia, ao sairmos do ginásio, haviam umas pessoas vendendo apostilas que continham o conteúdo a cair no vestibular. Eu e minha amiga resolvemos comprar meio a meio, para estudarmos depois. Uma outra colega também estava lá entrou junto na divisão, então ficamos nós três com uma só apostila e com dias contados para lê-la (cada uma ficou com um tanto de dias antes do vestibular para ler e passar para a outra).

Fomos prestar o vestibular junto, eu, a Silvana, nossa outra amiga Ercy iria depois com o marido dela. A prova iniciou-se pontualmente às 13:00 hs e eu consegui terminá-la às 16:00 hs. Fiquei com muito medo e insegurança ao responder às questões, pois pouco havia

estudado, mas no decorrer da prova fui me acalmando, uma vez que gosto muito de escrever e sou boa de interpretação.

Saímos de lá, voltamos para nossas casas e para nossas vidas cotidianas, aguardando ansiosamente o resultado. Como a Silvana tem acesso à Internet, ela ficou “incumbida”, de pegar o resultado e nos passar. No dia que ele saiu, fiquei esperando a ligação dela desde cedo, mas ela só me ligou perto da hora do almoço, pois antes o resultado ainda não estava disponível. Imagine, eu que nem queria pensar em voltar a estudar, estava ansiosa para saber do resultado. Grandes progressos não?! Lembro-me até hoje das palavras dela quando me ligou: “alô, é da casa da mais nova aluna da Unicamp?” Quando ouvi isso, comecei a chorar no telefone, depois de tantos anos fora dos bancos escolares, eu seria novamente estudante. Todos comemoramos em casa e uns dois dias depois, nos encontramos no aniversário de meu filho (pois na época estávamos de recesso escolar em julho), e foi uma festa só. A Silvana havia passado em segundo lugar (dentro as 10 vagas oferecidas para nós), eu havia ficado em sétimo e a Ercy era a primeira da lista de espera. Ficamos na torcida para ela entrar e deu certo, uma pessoa desistiu e ela entrou em seu lugar. Nossa felicidade estava completa, trabalhávamos juntas e iríamos estudar juntas também.

Fizemos a matrícula e tivemos nossa primeira aula na Unicamp, com a apresentação dos coordenadores do PROESF, de alguns professores da Unicamp, de prefeitos e autoridades em geral. Quando o professor Sérgio Leite disse que a partir daquele momento éramos alunas da Unicamp e que todos os direitos e deveres dos alunos que estudavam lá dentro seriam os mesmos para nós, chorei como uma criança, pois quando terminei o magistério e comecei a lecionar, minha mãe queria que eu fizesse faculdade e eu preferi casar e trabalhar, sempre dizendo para ela que, se um dia eu fosse fazer faculdade, eu queria estudar na Unicamp, pois já havia visitado-a na época do ginásio, com o pessoal da escola. Naquele momento me veio à mente o rosto de minha mãe e eu pensei comigo mesma: “consegui mãe, sou aluna da Unicamp, esta vitória é para você!”

Passada a euforia da primeira aula, iniciamos o semestre no final de julho de 2003. No primeiro dia de aula, no Ceprovi em Vinhedo, as veteranas do terceiro semestre nos aplicaram um trote que não esqueci até hoje. Como as aulas iniciaram-se numa terça ou quarta feira, não me lembro bem e na próxima segunda-feira iríamos ter aula de português com uma professora

que tinha fama de ser muito exigente, elas resolveram utilizar-se disso para o trote. Foram na nossa classe e disseram que a professora havia mandado-nos ler de tal página a tal página de certo livro e fazermos “uma resenha em duas laudas”, sobre o que havíamos lido, para entregar na próxima segunda. O desespero foi geral, todas começamos a falar ao mesmo tempo, pois não tínhamos o livro, não sabíamos o que era lauda e muito menos resenha. Ao ver nossa reação, a veterana começou a rir, deu as boas vindas a todas nós e disse que era apenas um trote, então todas as meninas do terceiro semestre entraram em nossa classe e a alegria foi geral.

Todas as disciplinas do curso foram muito importantes para mim, para minha formação profissional e pessoal, pois muito aprendi com cada uma delas e continuo aprendendo. No decorrer do meu trabalho, discorrerei melhor sobre três delas e na conclusão farei um apanhado geral sobre as que mais mudaram minha postura profissional.

Hoje estou muito mais crítica, observadora, conscientizada do meu papel na sociedade e perante os meus alunos. Antes da faculdade, eu argumentava pouco sobre o meu trabalho, aceitando o que me mandavam fazer quase sem refletir, copiando procedimentos das colegas, com medo às vezes de criar os meus e estarem errados, obedecendo a ordens sem argumentar sobre elas, repetindo erros de meus professores com meus alunos. Hoje, continuo recebendo ordens, mas argumento e questiono antes de obedecê-las, tenho autonomia para inventar procedimentos, atividades para meus alunos, sem as colegas, reflito sobre o que está por trás de certos discursos de algumas pessoas e todos meus alunos participam de tudo, expõem suas idéias, construímos as regras da classe juntos, de acordo com as necessidades que vão surgindo e respeito às diferenças de cada um.

VI – Novas descobertas a respeito das crianças

...”Rara vez, por exemplo, percebemos a incoerência agressiva que existe entre as nossas afirmações “progressistas” e o nosso estilo desastrosamente elitista de ser intelectuais.” FREIRE 1996 p.109

Início este capítulo resgatando um pouco da minha concepção anterior de criança. Para mim ela era um ser humano com características próprias, com níveis de desenvolvimento peculiares e que deveriam ser respeitados na aprendizagem, tanto pelos pais como principalmente pelos professores, no caso, por mim.

Acredito que muitas de nós, professoras, antes de iniciarmos a faculdade, também pensávamos assim, pois nossos estudos geralmente são escassos e muito pouco voltados para a história social da criança, como ela vem sendo vista de sentida no decorrer dos séculos.

Apreendi muito com a disciplina Educação da criança de 0 a 6 anos, pois mostrou-nos que, nosso objeto de trabalho era um ser inserido em uma sociedade, historicamente constituído e em permanente transformação, que nós, no dia-a-dia, raramente percebemos.

Discorrerei nas próximas linhas um pouco sobre como a concepção de criança e de infância foi sendo construída ao longo da história da humanidade.

Começarei pela sociedade medieval, base dos estudos de Arriés, no qual me baseio para a elaboração deste tópico. Nesta sociedade, a criança tinha sua infância reduzida a seu período frágil, de bebê e primeiros anos de vida. Quando já se desenvolvia um pouco fisicamente, passava a conviver mais com adultos, misturando-se a eles, desrespeitando-se as etapas de seu desenvolvimento, ou seja, de criança passava a ser um homem/mulher jovem.

Os valores e conhecimentos (no geral, a socialização da criança), não eram feitos pela família. Sua educação dava-se pela convivência com adultos.

Um sentimento denominado por Arriés de “paparicação” era sentido pelos adultos com relação às crianças em seus primeiros anos de vida. Divertiam-se com elas como com bichinhos de estimação e se ela morresse não se importavam muito, pois outra logo a substituiria. Inclusive, destaco aqui uma prática muito comum até o fim do séc. XVII, o

“infanticídio tolerado”, ou seja, as crianças eram mortas em segredo, camuflado sob forma de acidente (tal como morrer asfixiado ao dormir na cama dos pais, por exemplo). No séc. XVII a mortalidade infantil foi reduzida, não por avanços da medicina ou melhorias nas condições de higiene, mas porque as pessoas pararam de deixar morrer ou de ajudar morrer as crianças que não queriam.

Se sobrevivesse a esse tempo da paparicação, normalmente ela passaria a viver em outra casa, composta de um casal e das crianças (o que poderiam ser definidos como tutores).

As famílias extensas (com várias gerações ou formadas por grupos colaterais), provavelmente não tenham existido, exceto em épocas de insegurança social, quando a linhagem substituiria o poder enfraquecido socialmente e também em algumas situações econômica-jurídicas, em regiões mediterrâneas e onde o beneficiamento de um dos filhos favoreceria a coexistência.

A função desta família era conservar os bens, trabalharem em um ramo todos juntos, auxiliando-se mutuamente. Ela não existia com função afetiva – o amor, se existisse, melhor seria, caso contrário, não era fator determinante para a existência e o equilíbrio da família.

As trocas afetivas eram feitas fora da família, bem como as comunicações sociais. As famílias conjugais dissolviam-se nesse meio, composto de amigos, amas, criados, vizinhos, crianças, velhos, mulheres, homens, onde festas, encontros e visitas eram muito comuns.

O papel da criança e da família modifica-se nas sociedades definitivamente a partir do séc. XVII. Se antes a criança aprendia através da convivência com adultos, agora a escola substituiria essa aprendizagem. O processo de escolarização como conhecemos em nossos dias era feito através de um “enclausuramento” das crianças, separando-as dos adultos e mantendo-as à distância.

Essa separação e chamada à razão fazem parte do movimento de moralização dos homens, que reformadores católicos e protestantes promoveram, com a cumplicidade da família. Isto porque, se antes a afetividade era supérflua, agora se exprimia através da importância que davam à educação, demonstrada através do acompanhamento e interesse dos pais pelos estudos dos filhos, comum nos séc. XIX e XX, mas não até então.

Toda a educação do séc. XX foi inspirada nesse sentimento de moralização, que transparecia através do interesse psicológico e da preocupação moral. Talvez tenha sido este o primeiro passo para o início de um sentimento de infância; esta deveria ser reconhecida para ser corrigida.

A organização familiar passou a ser em torno da criança, sua perda demandaria uma grande dor, diminuindo em virtude disto à quantidade de filhos por família, para melhor cuidar de cada um, provocando assim uma redução voluntária da natalidade, no séc. XVIII.

A vida familiar mudou, pois se a vida social era essencial, agora esta girava em torno da família e da profissão.

Poderia escrever muito mais sobre este aspecto, do ser criança, mas não me estenderei mais, pois pretendo abordar outros tópicos dentro desta disciplina (educação da criança de 0 a 6 anos), tal como a evolução das instituições destinadas às crianças pequenas, outro conteúdo, muito interessante, e que me auxiliou a compreender a realidade atual da educação infantil, sobre o qual escreverei nas próximas linhas.

Foram criadas, primeiramente na França as salas de asilo, no séc. XVIII, para filhos de mulheres de classe baixa, que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos. Atendiam crianças de 0 a 2 anos e as crianças de família mais abastadas não as frequentavam, uma vez que suas mães não trabalhavam e deveriam cuidar dos filhos em casa.

Também na França, a escola maternal surgiu em 1848, de uma tentativa da inspetora francesa Pape Carpentier de substituir as salas de asilo, que eram assistenciais, mas pela tradição o nome “sala de asilo” prevaleceu à promulgação de um decreto que efetivava a troca do nome. Devido à insistência de Pauline Kergomard, em 1879, ressurgiu a questão do nome, sendo modificado através de um Decreto em 02 de agosto de 1881, incluindo nestas escolas maternais objetivos de desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança. Mas mesmo com os esforços de inspetores (Kergomard, Briés, Girard entre outros), para a transformação das escolas maternais em instituição educativa, baseadas nos ideais de Froebel (que será mais bem descrito mais à frente) e Carpentier, a tradição assistencialista das salas de asilo não permitiu o desenvolvimento desta nova escola maternal.

O Kindergarten foi criado por Frederico Guilherme Froebel, em 28 de julho de 184, em Bad Blankenbur, na Alemanha, com caráter educativo, para crianças de 3 a 7 anos, educando as crianças através de atividades de formação religiosa, cuidado com o corpo, observação da natureza, aprendizado de poesias e cantos, exercícios de linguagem manuais, desenho, viagens e passeios, com o intuito de estimular o desenvolvimento integral da criança, diferentemente das salas de asilo que, na Europa, antecedem a criação de creches.

No Brasil, as salas de asilo também atendiam crianças de 0 a 2 anos, mas eram destinados mais às crianças livres de mães escravas, funcionando como um orfanato (as mães não podiam ficar com seus filhos nem à noite), sua função era preparar essas crianças para serem futuros cidadãos. Seu caráter era filantrópico, pois quem os fundava eram mulheres da alta sociedade, médicos, etc.

A Exposição pedagógica de 1883 (que seria um Congresso da Instrução no RJ, não realizado), abordava a questão pré-escolar para atender interesses privados. O termo pedagógico era usado com propaganda para atrair ricos, separando o Jardim de infância (Kindergarten), dos asilos e creches, para os pobres.

Alberto Brandão, nesta exposição, afirmava ser o jardim de infância uma instituição sem utilidade para o Brasil, onde a mulher só tinha a função de cuidar dos filhos. Mas para Souza Bandeira e Rui Barbosa, representavam estabelecimentos com uma orientação educativa, diferentemente das casas assistenciais.

Anteriormente a esta data, algumas manifestações com relação à pré-escola foram feitas, tais como o lançamento em 1879, no Rio de Janeiro, de um jornal chamado “A mãe de família”, destinado às mães burguesas, que referia-se à creche, destacando-se nele um artigo de um médico, Dr. K. Vinelli, no qual ele apresenta a creche como ela era na França e em países europeus – feita para atender a ampliação do trabalho industrial feminino enquanto que aqui a preocupação era com a lei do “Ventre Livre”, trazendo para as donas de casa o problema de educar os filhos de suas escravas”.

A chamada “creche popular” foi criada e tem até hoje a característica de atender às mães trabalhadoras domésticas do que operárias industriais. Simultaneamente o setor privado da educação pré-escolar, para as elites, desenvolve-se com orientação froebeliana (de Froebel,

criador do Kindergarten), tais como o Colégio Menezes Vieira, no RJ, fundado em 1875, a Escola Americana, em SP, no ano de 1877 e o jardim de infância da Escola Caetano de Campos, também em SP, em 1896, que apesar de ser público, atendia mais os filhos da burguesia.

Em 1889 funda-se o Instituto de Proteção e Assistência à infância No Rio de Janeiro (pioneira, depois com filiais pelo Brasil). Neste ano também inaugura-se a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (também no Rio de Janeiro), sendo esta a primeira creche para filhos de operários registrada historicamente.

Os imigrantes colaboraram para a implantação de algumas escolas infantis, de tendência froebeliana, no início da República no Brasil, e entre elas estava o Jardim de Infância, tal como a Escola Alessandro Manzoni (1900), e o colégio Convitto Dio e Patria (1898), pois como provinham de países que já haviam incorporado este nível de ensino a seu sistema escolar e aqui no Brasil o nível de educação era muito baixo, por isto o interesse deles na implantação dos Jardins de Infância, ainda que na rede privada.

Em Campinas e Piracicaba, interior do estado, grupos de leigos e religiosos instalaram também os jardins de infância, bem como em outros Estados do Brasil, como Pará e Rio de Janeiro, também privadas.

Devido à implantação da República em 1890, o ideal de alcançar um novo padrão de desenvolvimento no país através de reformas educativas, Prudente de Moraes, governador de SP na época, recomendou a reforma da escola normal ao jornalista e educador Rangel e neste projeto aparecia o Kindergarten para crianças de 4 a 7 anos de idade, mas dificuldades legais impediram sua criação naquela época.

Gabriel Pestana, contrariando a regulamentação da Constituição que fixava o início da obrigatoriedade escolar aos 7 anos, interessou-se por completar a reforma da instrução iniciada por Rangel Pestana, inaugurou um Jardim de Infância anexo à Escola Normal da Capital, em 1896, da qual era diretor.

Apresentando justificativas pedagógicas, superando as jurídicas, Prestes conseguiu a criação de um estabelecimento oficial para a educação do povo (povo este não composto por

pobres, mas sim por filhos de governantes e integrantes da camada mais abastada da sociedade paulista).

Marrey Junior e Esteves da Silva, parlamentares, questionavam esta elitização deste Jardim de Infância, que era instalado na Praça da República, apresentando projetos que exigiam a extinção deste privilégio.

O modelo francês da escola maternal influenciou o Brasil, a partir de 1902, e nas primeiras unidades que foram criadas aqui, serviam para amparar órfãos e filhos de operários. Em São Paulo, foram criadas por Anália Franco, consideradas apropriadas para o desenvolvimento das crianças brasileiras, que funcionavam em período menor e exigiam mais que os Jardins de Infância. A partir dos anos 20, a urbanização, expansão industrial, imigração, etc., facilitaram o aparecimento de escolas maternais. O proletariado fazia reivindicações para a construção de estabelecimentos infantis, pois precisavam de lugares para deixarem seus filhos enquanto trabalhavam.

Outro fator que contribuía para o desenvolvimento das escolas maternais eram os movimentos político-sociais e diferentes correntes de pensamento, que apregoavam ser esta uma instituição colaboradora para a modernização do país, além de dispositivos legais que definiram a escola maternal próprias para operários, distinguindo-se dos Jardins de Infância, que eram para ricos, discriminação esta semelhante à de países europeus, como a França, onde as escolas maternais eram anexas às escolas primárias, freqüentadas por filhos de operários e os jardins de infância, anexas aos liceus particulares, destinados à classe de poder aquisitivo maior.

Villalba Alvim afirmava ser a escola maternal para crianças de 2 a 4 anos e os Jardins de Infância para os de 4 a 6 anos, apontando a idade e não a condição sócio-econômica para classificar os 2 estabelecimentos infantis.

A construção do conceito de criança, descrito no início deste capítulo, teve conseqüências, através das gerações. Injustiças e prejuízos no que concerne às responsabilidades do Estado/sociedade civil e família, conjuntamente, nos cuidados de higiene, saúde, nutrição, segurança, acolhimento, lazer, construção de valores e aquisição de conhecimentos que são indispensáveis no processo de desenvolvimento social da criança, estes

normalmente adquiridos na escola, principalmente na educação infantil e em todas as etapas seguintes também.

Na década de 60 e nos anos seguintes, cresceu a quantidade de instituições de educação infantil, devido a alguns fatores: a presença feminina aumentou no mercado de trabalho e os primeiros anos de vida da criança, em relação ao desenvolvimento dela em todos os aspectos, foram muito estudados e debatidos em estudos feitos no campo da Psicologia, Antropologia, Psico e Sócio-Linguística.

Os órgãos educacionais ocuparam-se mais de políticas públicas e de propostas para a educação da infância, tanto para ricos como para pobres; contudo observa-se ainda uma visão assistencialista, principalmente nas creches.

Assim a divisão creche/escola continua, bem como a discriminação entre elas, pois a creche continua a ser vista como para crianças pobres e seus profissionais muitas vezes não tem qualificação adequada para tal, e poucas são as propostas pedagógicas existentes ali. Em contrapartida, as pré-escolas, freqüentadas a maioria das vezes por crianças de famílias com renda média e alta, cujos profissionais são qualificados para o cargo (qualificação não quer dizer competência, como sabemos), e com propostas pedagógicas, que apesar de existirem, são fora do contexto social da criança.

O quadro que segue demonstra um pouco da realidade vivida por estes profissionais:

PROFESSORAS	MONITORAS
-curso médio de Magistério e/ou	- Ensino Fundamental
Pedagogia	
-tratam do pedagógico – ensino	- tratam do físico – higiene e
Aprendizagem	saúde
-jornada de ½ período (4 horas)	-jornada integral (8 horas)
-caráter escolar (adaptação dos	-caráter familiar/doméstico

Conhecimentos teóricos com as	
crianças pequenas	
-salário relativo à 4 horas	-salário menor
-estão no quadro do Magistério	-não fazem parte da carreira
Público	do Magistério Público

Este quadro, demonstrando as diferenças entre professoras e monitoras, não foi retirado de nenhum livro, revista, etc., e sim, da minha realidade como educadora em escola que recebe crianças vindas da creche, a qual fica do lado da escola e da qual conheço a realidade, pois faz parte do meu cotidiano.

Há uma relação de “troca” entre professoras e monitoras no ambiente educativo, mas não deixa de haver uma divisão de tarefas entre professoras e monitoras, sendo que estas muitas vezes não tem o nível fundamental de educação, como já foi dito anteriormente.

Percebe-se que, até então, o intuito era apenas o de “cuidar das crianças” e não o de educar. Uma preocupação maior com o desenvolvimento das crianças, desde a mais tenra idade, expandiu-se no Brasil a partir de 1970, devido à crescente urbanização, participação maior do trabalho feminino, antecipação da escolarização, das lutas pelos direitos da criança à educação, culminando na lei de diretrizes e bases (lei 9394/96), na qual a educação infantil passou a ser utilizada para todas as instituições de educação de crianças de 0 a 6 anos.

Os recursos para a educação infantil e fundamental não são iguais, visto que no artigo 2, parágrafo II da LDB/96, prioriza-se o ensino fundamental como responsabilidade do município, apenas citando a educação infantil. O Estado tem responsabilidade pelo ensino médio e a educação infantil? Não é ainda, prioridade para nenhuma esfera governamental.

O atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos de idade, garantido no artigo 208, inciso IV da Constituição Federal, estabelecendo ainda no artigo 211 que é prioridade dos

municípios a oferta da educação infantil, dispõe a atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil, significando que os dois níveis de ensino devem ter prioridades iguais no município.

Mas para isto acontecer, deve haver um consenso entre dirigentes municipais e sociedade sobre a priorização da educação infantil, bem como buscar fontes adicionais de financiamento, tanto públicas, como privadas, para que apoiem as prefeituras e todos os setores que estão ligados à infância, para proverem a educação infantil, que é a primeira etapa da educação básica.

Como podemos perceber, a história da criança e da infância foi construída sobre a criança e não com a criança, isto porque nunca foi ouvido o lado infantil, seus desejos e ansiedades, atendo-se ao que aos adultos consideram melhor para ela (aí está o adultocentrismo).

Considero que o adultocentrismo é um agravante na relação pais/educadores/crianças/escolas: o poder está no adulto, a ele compete o papel de emitir/transmitir conhecimentos, mediatizado pela educação formal e informal, mantendo a relação de dependência da criança pelo adulto, levando a criança a adaptar-se à sociedade e não o contrário. Educar a criança neste contexto pode ser uma forma de repressão (mesmo quando se trata de “cuidados”), e uma forma de canalizar/padronizar os comportamentos infantis, cada vez mais para adaptar-se à sociedade (centrada no adulto), deixando de lado sua individualidade para “vir a ser” algo, onde a criança deixa de ser “animal” para ser humana através da educação, assim sendo a relação adulto/criança não é assim definida, mas torna-se uma relação adulto/futuro adulto (a criança é vista como um adulto em miniatura), esta seria a salvação da humanidade.

Devido ao adultocentrismo, há um furto do lúdico da criança, pois a sociedade burguesa desconsidera a criança como produtora de cultura, pois nesta sociedade elas não têm tempo/espço para viverem a infância por diferentes razões. A ênfase é dada ao processo educativo (formal/informal), na transmissão da cultura, para continuidade, sem deixar a criança participar da construção cultural.

A concepção de que na educação infantil deve-se apenas cuidar da criança (que muitos familiares e até alguns gestores tem), confronta-se com a quantidade de conteúdos e projetos

que somos obrigadas a trabalhar em sala de aula, fazendo um contraponto entre educar e cuidar – qual deles seria o ideal na educação infantil? Acredito que os dois, se bem balanceados podem resultar em um trabalho bem feito, pois não consegue-se dividir o pessoal do profissional em sala de aula – apesar de educadores, também somos seres humanos – e é impossível ver uma criança machucada ou suja e não tomar nenhuma providência, evidenciando assim que, apesar de profissionais competentes, também importamo-nos com a saúde e o bem estar de nossos alunos.

O cuidar e o educar tem elos muito frágeis, que podem ser quebrados facilmente, dependendo da postura do profissional. É claro que estamos lá para desenvolver um trabalho diferenciado com as crianças, sem esquecer, contudo que são seres delicados e que necessitam de nosso apoio e cuidado, quanto menor a criança, maior o cuidado a ser dispensado a ela.

Hoje compreendo de onde vem a concepção da pré-escola como um local onde as crianças só vão brincar, compreendo o desinteresse e descomprometimento do Estado e do Governo com a pré-escola, visto que ela ainda não é obrigatória perante a lei e fica sempre na responsabilidade dos municípios, que por sua vez, também pouco investem, dando preferência ao ensino fundamental e médio, visto que atendem a uma determinação legal. Não me irrita mais quando alguma criança me chama de tia, pois a linha tênue que liga a tia à professora, eu agora entendo.

Já trabalhei com todos os níveis da pré-escola, desde o jardim (2 anos e meio a 3 anos), até o pré (6 anos), que é o nível que trabalho hoje e nunca consegui ser apenas a professora deles, sem criar vínculos afetivos (com uns mais, outros menos, mas com todos certamente); a partir do vínculo, respeito à criança como um ser humano, que tem uma história de vida fora da escola e que não deixa esta história quando vem para a escola, por isto procuro sempre cativar seus familiares, pois sem eles fica mais complicado o trabalho em sala de aula. A criança acaba sendo fonte de conflitos entre adultos (educadores e pais).

Segundo Adriano Bonomi, há 3 modalidades perseguidas pelas educadoras para se estabelecer um relacionamento satisfatório com os pais, ao longo da história:

- Participação social – os pais dentro das escolas como co-autores do processo educacional;
- Didático-educacional – os pais se restringem aos demonstrativos das reuniões de pais;

- Envolvimento no plano de colaboração prática – onde os pais participariam construindo jogos, oferecendo materiais para brincadeiras, participando de festas.

Há os momentos de festas nas escolas (Natal, Junina, Carnaval, etc.), que apesar de prazerosas, tornam-se confusas, pois rompem com a rotina dos educadores e por serem extraordinárias e não cotidianas, tentam assegurar a integração dos pais/alunos e educadores.

Pode-se definir essa reconstrução de como é o relacionamento entre pais/educadores, como uma “tentativa de envolvimento ideológico”, ou seja, um esforço para envolver os pais e garantir sua participação nas diferentes ideologias escolares – educacional, institucional, organizacional e social, desconsiderando devido à complexidade, o aspecto relacional, ou seja, o confronto entre os diferentes indivíduos envolvidos em experiências com as crianças, que tem pontos de vista diferentes.

Ainda, segundo Bonomi, encontra-se neste relacionamento dificuldades e conflitos. As recriminações mais freqüentes de nós educadoras podem se dividir em 3 grupos:

- transgressão – material não enviado, desrespeito ao horário de entrada/saída, falta de uniforme, etc.
- comportamento dos pais na escola – a dificuldade que os pais tem de afastar-se das crianças, confiando-as às educadoras, bem como a pressa no momento de deixá-las e o atraso no de buscá-las;
- errôneos comportamentos educacionais – ou seja, maus hábitos passados pela família e que na escola, as educadoras os administram e corrigem, geralmente no que concerne a alimentação, sono, higiene, etc.

Por não terem um relacionamento amigável e baseado na confiança mútua e a professora busca proteger-se atrás de regras da instituição, ambos temem a perda da autoridade no trato da criança e ficam esperando que o outro dê o primeiro passo para uma aproximação, quando isso não acontece cria-se um bloqueio na comunicação caracterizado por: ambivalência na comunicação, prevalência da comunicação comportamental sobre a comunicação verbal e dinâmica bloqueada que deixa dificuldades e conflitos em suspenso.

É de primordial importância que pais e educadores estabeleçam uma aliança priorizando a criança, para que esta possa expressar-se abertamente.

Como podemos mudar esse aspecto? Respeitando-os como seres humanos e passíveis de erros como nós mesmos, incentivando-os a participar mais da vida escolar dos filhos uma vez que, com a sua colaboração o processo ensino-aprendizagem é muito mais dinâmico, os materiais que pedimos para as aulas são enviados, as lições de casa vem bem feitas, o comportamento dos alunos é outro, pois os pais fiscalizam sempre como estão indo à escola; mesmo assim ainda encontramos muitas dificuldades, tais como o tempo livre que estes pais tem para participar da vida escolar do filho, as restrições financeiras para compra de determinados materiais e para a colaboração espontânea da escola.

Quem sabe se, com um planejamento escolar e um projeto político-pedagógico realmente elaborado pensando na comunidade em que a escola está inserida, problematizando dentro dela a realidade do cotidiano das crianças e de suas famílias, respeitando-se as diferenças de sexo, raça, classe social, a escola torne-se um ponto de referência para todos que vivem em torno dela, e não apenas um “parquinho”, ou um “depósito de crianças”, como erroneamente são chamadas. Terminei este capítulo com uma mensagem recebida de uma colega de escola, cujo autor é desconhecido:

Tudo o que hoje preciso realmente saber aprendi no Jardim de Infância

“Tudo o que hoje preciso realmente saber, sobre como viver, o que fazer e como ser, eu aprendi no jardim de infância. A sabedoria não se encontrava no topo de um curso de pós-graduação, mas no montinho de areia da escola de todo dia. Essas são as coisas que aprendi lá:

- Compartilhe tudo;
- Jogue dentro das regras;
- Não bata nos outros;
- Coloque as coisas de volta onde pegou;
- Arrume a sua bagunça;
- Não pegue as coisas dos outros;
- Peça desculpas quando machucar alguém;
- Lave as mãos antes de comer;

- Dê a descarga;
- Biscoitos quentinhos e leite frio fazem bem a você;
- Respeite o outro;
- Leve uma vida equilibrada: aprenda um pouco...E desenhe...E pinte...E dance...E brinque...E trabalhe um pouco todos os dias;
- Tire uma soneca às tardes;
- Quando sair, cuidado com os carros;
- Dê a mão e fique junto;
- Repare nas maravilhas da vida;

Lembre-se da sementinha no copinho plástico: as raízes descem, a planta sobe e ninguém sabe realmente como ou porque, mas todos somos assim. O peixinho dourado, o hamster, o camundongo brando e até mesmo a sementinha do copinho plástico, todos morrem...Nós também.

Lembre-se da sua cartilha e da primeira palavra que você aprendeu, a maior de todas...

OLHE E NOTE:

Tudo o que você precisa saber está lá, em algum lugar.

A regra de ouro é o amor e a higiene básica.

Ecologia e política e igualdade e respeito e vida sadia!

Temos que fazer a nossa parte.

Pegue qualquer um desses itens, coloque-o em termos adultos e sofisticados e aplique-os à sua vida familiar, ao seu trabalho, ao seu governo ou ao seu mundo e verá como ele é verdadeiro, claro e firma.

Pense como o mundo seria melhor se todos nós, no mundo todo, tivéssemos biscoitos com leite todo os dias, por volta das três da tarde e pudéssemos nos deitar em um cobertorzinho para uma soneca. Ou se todos os governos tivessem como regra básica devolver todas as coisas ao lugar em que elas se encontraram e arrumassem a bagunça ao sair.

E esta é sempre uma verdade, não importa a idade: ao sair para o mundo é sempre melhor darmos as mãos e ficarmos juntos!

Apesar de ter consciência de estamos em constante aprendizado, por toda a vida, gostei muito deste texto, pois ele demonstra o lado moral do ser humano, que é construído principalmente dos 0 aos 7 anos, idade contemplada pelo jardim de infância.

VII – Multiculturalismo – Um novo olhar

“A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar.” FREIRE 1996 p. 16

Aprendi muito com esta disciplina, pois fizemos várias atividades em sala de aula, abordando vários temas, tais como etnias, identidade cultural, racismo, etc. Escrevo agora um pouco alguns deles e suas contribuições para mim. A identidade é uma construção que se faz com atributos culturais, isto é, ela se caracteriza pelo conjunto de elementos culturais adquiridos pelo indivíduo através da herança cultural. A identidade confere diferenças aos grupos humanos. Ela se evidencia em termos da consciência da diferença e do contraste do outro.

Ao longo de nossa história, na qual a colonização se fez presente, a escravidão e o autoritarismo contribuíram para o sentimento de inferioridade do negro brasileiro. A ideologia da degenerescência do mestiço, o ideal de branqueamento e o mito da democracia racial foram os mecanismos de dominação ideológica mais poderosos já produzidos no mundo, que permanecem ainda no imaginário social, o que dificulta a ascensão social do negro, pois este é visto como indolente e incapaz intelectualmente.

A política de branqueamento que caracterizou o racismo no Brasil foi gerada por ideologias e pelos estereótipos de inferioridade e/ou superioridade raciais. A ideologia do branqueamento teve como objetivo propagar que não existem diferenças raciais no país e que todos aqui vivem de forma harmoniosa, sem conflitos (mito da democracia racial). Além desses aspectos, projeta uma nação branca que, através do processo de miscigenação, irá erradicar o negro da nação brasileira, supondo-se, assim, que a opressão racial acabaria com a raça negra pelo processo de branqueamento.

Gilberto Freire foi um dos pioneiros da análise do “mito da democracia racial” apregoando que existe, no Brasil, a desigualdade de oportunidades para brancos, negros e mestiços. A disseminação desse mito permitiu esconder as desigualdades raciais, que eram constatadas nas práticas discriminatórias de acesso ao emprego, nas dificuldades de mobilidade social da população negra, que ocupou e ocupa até hoje os piores lugares na

estrutura social, que frequenta as piores escolas e que recebe remuneração inferior à do branco, pelo mesmo trabalho e tendo a mesma qualificação profissional. A falta de conflitos étnicos não caracteriza ausência de discriminação, muito pelo contrário, o silêncio favorece o “status quo” que, por sua vez, beneficia a classe dominante.

O movimento negro vem denunciando com frequência o tratamento discriminatório recebido pelos negros, lutando não só para eliminar as políticas de interiorização com respeito às diferenças raciais, mas também pela igualdade de oportunidade, que é a ética da diversidade.

O nosso cotidiano escolar está impregnado do mito da democracia racial – um dos aspectos da cultura da classe dominante que a escola transmite, pois representa as classes privilegiadas e não a totalidade da população, embora haja contradições no interior da escola que possibilitam problematizar essa cultura hegemônica, não desprezando as diversidades culturais trazidas pelos alunos. Assim, apesar de a escola inculcar o saber dominante, essa educação problematizadora poderia tornar mais evidente a cultura popular.

A proposta de uma educação voltada para a diversidade, coloca a todos nós, educadores, o grande desafio de estar atentos às diferenças econômicas, sociais e raciais e de buscar o domínio de um saber crítico que permita interpretá-las.

Nessa proposta educacional será preciso rever o saber escolar e também investir na formação do educador, possibilitando-lhe uma formação teórica diferenciada da eurocêntrica. O currículo monocultural até hoje divulgado deverá ser revisado e a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas. E a escola terá o dever de dialogar com tais culturas e reconhecer o pluralismo cultural brasileiro.

Talvez pensar o multiculturalismo fosse um dos caminhos para combater os preconceitos e discriminações ligados à raça, ao gênero, às deficiências, à idade e à cultura, constituindo assim uma nova ideologia para uma sociedade como a nossa que é composta por diversas etnias, nas quais as marcas de identidade, como cor da pele, modos de falar, diversidade religiosa, fazem a diferença em nossa sociedade. E essas marcas são definidoras de mobilidade e posição social na nossa sociedade.

Nós, como educadores, temos a obrigação não só de conhecer os mecanismos da dominação cultural, econômica, social e política, ampliando os nossos conhecimentos antropológicos, mas também de perceber as diferenças étnico-culturais sobre essa realidade cruel e desumana.

Olhar a especificidade da diferença é instigá-la e vê-la no plano da coletividade. Pensar numa escola pública de qualidade é pensar na perspectiva de uma educação inclusiva. É questionar o cotidiano escolar, compreender e respeitar o jeito de ser negro, estudar a história do negro e assumir que a nossa sociedade é racista. Construir um currículo multicultural é respeitar as diferenças raciais, culturais, étnicas, de gêneros e outros. Pensar num currículo multicultural é opor-se ao etnocentrismo e preservar valores básicos de nossa sociedade.

Se a educação está centrada na dominação cultural da elite branca, o multiculturalismo (por ser uma estratégia de orientação educacional para os problemas das diferenças culturais na instituição escolar) reconhece a alteridade e o direito à diferença dos grupos minoritários, como negros, índios, homossexuais, mulheres, deficientes físicos e outros, que se sentem excluídos do processo social. Portanto, deve ser uma teoria a ser propagada.

A identidade é para os indivíduos a fonte de sentidos e de experiência. Toda identidade exige reconhecimento, caso contrário ela poderá sofrer prejuízos se for vista de modo limitado ou depreciativo.

A realidade que enfrentamos hoje é perversa. Olhamos crianças miseráveis perambulando pelas ruas das grandes cidades, vemos pela TV e jornais o sofrimento de crianças afegãs, meninas sendo prostituídas no Brasil, na Ásia e em outros países, massacres que transformam a segurança dos poderosos em insegurança para todos nós. Ninguém exige respostas para tantas desgraças, mas de todos nós exigem um comprometimento pessoal por uma humanidade mais justa e solidária. Curiosamente sempre estamos procurando um culpado por todos esses problemas. Além disso, podemos observar no nosso cotidiano flagrantes e atitudes preconceituosas nos atos, gestos e falas. E, como não poderia ser diferente, acontece o mesmo no ambiente escolar.

Nessa proposta multicultural, a escola poderá elaborar um currículo que permita problematizar a realidade. Mesmo não sendo o único espaço de integração social, a escola

poderá possibilitar a consciência da necessidade dessa integração, desde que todos tenham a oportunidade de acesso a ela e possibilidade de nela permanecer.

A educação escolar ainda é um espaço privilegiado para crianças, jovens e adultos das camadas populares terem acesso ao conhecimento científico e artístico do saber sistematizado e elaborado, do qual a população pobre e negra é excluída por viver num meio social desfavorecido, no entanto sabemos não ser um privilégio o acesso à escola, e sim uma conquista histórica.

A escola é o espaço onde se encontra a maior diversidade cultural e também é o local mais discriminador. Tanto é assim que existem escolas para ricos e pobres, de boa e má qualidade, respectivamente. Por isso trabalhar as diferenças é um desafio para o professor, por ele ser o mediador do conhecimento, ou melhor, um facilitador do processo ensino-aprendizagem. A escola em que ele foi formado e na qual trabalha é reprodutora do conhecimento da classe dominante, classe esta, que dita as regras e determina o que deve ser transmitido aos alunos. Mas, se o professor for detentor de um saber crítico, poderá questionar esses valores e saberá extrair desse conhecimento o seu valor universal.

Na maioria dos casos, os professores nem se dão conta de que o país é pluriétnico e que a escola é o lugar ideal para discutir as diferentes culturas, e suas contribuições na formação do nosso povo. Eles também ignoram que muitas vezes as dificuldades do aluno advêm do processo que está relacionado à sua cultura, tão desrespeitada ou até ignorada pelos professores.

Embora saibamos que seja impossível uma escola igual para todos, acreditamos que seja possível a construção de uma escola que reconheça que os alunos são diferentes, que possuem uma cultura diversa e que repense o currículo, a partir da realidade existente dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais.

Eu sempre fui discriminada na escola, não pela cor da pele, nem pela classe social e sim por pertencer a uma minoria, que foge dos padrões estéticos que a sociedade impinge a todos – sou gordinha e grande para os padrões de uma mulher “normal”.

Procuró em diversos momentos de minhas aulas, oportunizar atividades, jogos, brincadeiras etc., a todas as crianças, se não no mesmo dia, mas em dias alternados, tanto que

meus ajudantes da classe são sempre uma menina e um menino, escolhidos pela ordem alfabética, através da qual, todos podem ser ajudantes; nas festas da escola, escolhemos juntos as músicas que dançaremos, mas de um fator eu não abro mão: tem que ser alguma que todos possam participar, sem excluir ninguém e quando a escolhida é a quadrilha, montamos os pares, cada um escolhendo com quem quer ficar, mas ninguém fica sozinho; nas atividades da classe nas quais as crianças devem dar suas opiniões, montagem de um texto ou cartaz coletivo, etc., todos participam e os mais tímidos são os que mais insisto para que participem, tanto que as mães comentam que seus filhos mudam muito quando estudam comigo, ficam mais falantes, questionadores e participativos.

É nesse tipo de educação que acredito e faço por onde realizar em minha sala de aula, mas poderia ser melhor, muito melhor. Depois de conhecer o trabalho com temas transversais no semestre passado através da Ap. Roseli e baseado nas concepções do professor Ulisses F. Araújo, já não me contento mais com nossos projetos e metodologia. É sobre isso que discorrerei agora no último capítulo do meu trabalho.

VIII – Temas Transversais – Uma idéia maravilhosa!

“Os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber. Não só produzimos o conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira” (MORIM 1999 IN: ARAÚJO Ulisses F. 2003 –p.7)

Concordo com esta afirmação, pois se o trabalho passou a ser dividido (criando especializações), o todo ficou esquecido, pois cada um participa apenas de sua etapa do trabalho, não chegando a ver o todo, fato este importante para nós, seres humanos, pois a vida, a natureza, etc., não são sentidas, experienciadas, vividas, em partes e sim por inteiro, extrapolando assim a especificidade humana.

Em seu livro, o professor Ulisses cita Descartes, afirmando que seu método científico assemelhava-se à matemática, utilizando-se desta para fazer um paralelo com o universo e a natureza, que tal qual a matemática tinha leis imutáveis e necessárias.

Desse pressuposto, a natureza e o ser humano começaram a ser vistos de forma fragmentada, pois estudando-se as partes, entenderia-se o todo.

Iniciou-se então a divisão das disciplinas, baseada nessas concepções, possibilitando, através da criação de especialistas, um aprofundamento maior em cada área e um progresso científico eficaz.

Mas se por um lado houve progresso, por outro a separação entre corpo e mente do ser humano (que é outra característica do trabalho de Descartes), a escola toma para si a mesma divisão, separando algumas disciplinas que trabalham o corpo e outras a mente, sendo feito o mesmo com os conteúdos.

Isto estendeu-se aos profissionais, estruturando-se as universidades de modo a formar especialistas em cada área de atuação na escola. Qual o resultado desta divisão? Ao final da escolarização os alunos estarão aptos para a vida profissional e pessoal? Será que isto realmente acontece? Não, pois ao deparar-se com um problema só um dos seus aspectos é

analisado e não o todo, distorcendo a realidade e não solucionando o mesmo, pois tudo que se aprende na escola muitas vezes é abstrato, apesar de partir de dados concretos. Não se problematiza a realidade vivida pelo aluno e quando este depara-se com problemas reais, fica sem saber como resolvê-los.

Não aproxima-se o sujeito do objeto de conhecimento, pois este não pertence ao seu cotidiano, alguns são considerados irrelevantes, mesmo que façam parte da vida do sujeito, desconsiderando assim, seus interesses, desejos e necessidades reais.

A visão de aluno passa a ser como aquele que só aprende (ou não), o conteúdo que é transmitido na escola, assemelhando-o a uma máquina, sendo programado para responder aos comandos sem dar defeitos, afastando-o do processo educativo, transformando-o em um número.

Porque fiz este retrocesso na origem das disciplinas? Para fazer um paralelo com o que vivemos hoje no ensino fundamental e na educação infantil também, onde esta compartimentação do saber é latente e gritante. Pedese que façamos projetos para desenvolver temas pertinentes às disciplinas (um para cada). Farei agora um aparte para relatar um fato ocorrido em minha escola, no final do ano anterior e que exemplifica o que escrevi anteriormente.

Quando eu estava estudando esta disciplina no quinto semestre em 2005, tinha uma sala de Jardim II (5 anos). Pediram-nos que fizéssemos uma avaliação do ano letivo e nela apontar os pontos positivos/negativos e sugestões para o próximo ano. Deveríamos fazê-la por nível (todas do Jardim – 3 anos - juntas, do Jardim I – 4 anos- com Jardim I e assim sucessivamente), depois a coordenadora da escola faria um geral das avaliações e este seria enviado à S.E.

Fizemos a do Jardim II com o maior empenho, avaliando o que foi bom e pontuando o que não foi. Nas sugestões conversei com minha colega sobre o trabalho com temas transversais e ela se interessou. De comum acordo resolvemos colocar uma proposta desse trabalho na avaliação, como sugestão para o próximo ano. Sabe qual foi o resultado? Nenhum, pois ao ler para todas o que a coordenadora escreveu sobre as avaliações, não vi minha proposta contemplada. Questionando-a, ela disse que este trabalho estava ultrapassado, que ela

havia lido isto em algum lugar. Eu lhe disse que era impossível estar ultrapassado, pois o nosso professor da Unicamp estava coordenando um trabalho como esse na USP em São Paulo e perguntei-lhe onde ela havia lido tal absurdo. Não sabendo responder, usou de sua autoridade de gestora e disse que não iria refazer o que estava pronto e que o mandaria assim mesmo para a S.E.

Decepcionei-me muito com isso, pois em seu papel de gestora escolar, ela deveria, talvez, saber mais ou igual a nós professoras, como então ela pôde ter uma fala tão fora de propósito? Talvez seu argumento tenha sido feito por falta de conhecimento sobre o assunto ou então para não se contrapor ao sistema.

Neste ano estou com uma sala de pré (6 anos) e a nova coordenadora da educação infantil pediu que fizéssemos um projeto para trabalhar um conteúdo referente à Natureza e Sociedade e nas outras áreas, deveríamos elencar, por nível, os conteúdos mínimos a serem trabalhados durante o ano letivo. Propus novamente às minhas colegas de nível um trabalho com temas transversais. Com a nossa faixa etária seria possível, viável e bem feito, com os menores talvez ficasse mais complicado, mas nada que não desse para fazer uma adaptação. Mas eu não aprendo mesmo! Novamente me frustrei, pois apesar delas serem novas de profissão, o medo, o desinteresse ou a falta de vontade mesmo são maiores que o desejo de inovar e elas me disseram que não seria viável, pois não haveria tempo hábil para desenvolvermos todo o projeto, que em Maio já somos obrigadas a apresentar algo do trabalho em uma exposição, que seria melhor fazer do jeito que estavam acostumadas a fazer (estão com o mesmo nível há 3 anos), repetindo os conteúdos, objetivos e atividades que já estavam acostumadas.

Como sou uma e elas três, fui voto vencido e colaborei pouco no processo de elaboração do projeto, que depois de pronto, foi entregue à coordenadora, que enviou-o, junto com os conteúdos das outras áreas para a S.E. e que deveríamos aguardar o retorno deles, pois depois de uma avaliação de todos da rede, seria feito um único, por nível. Apenas o projeto de Natureza e Sociedade pôde ser começado antes, devido à exposição, os outros ainda aguardamos retorno.

Continuo acreditando no trabalho com temas transversais e sempre que posso defendo-o perante todos. Em minha classe tento adaptá-lo, tirando das crianças os questionamentos sobre os assuntos trabalhados e auxiliando-os na busca de suas respostas, mas não é a mesma coisa.

Alguns avanços foram conseguidos, tais como a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade, que discorrerei um pouco sobre cada um deles a seguir, embasada teoricamente no livro do professor Ulisses, cujo nome está na bibliografia.

Com o progresso tecnológico e científico do séc. XX, concluiu-se que, as disciplinas tradicionais não eram mais suficientes para explicar a complexidade do que se estudava, fazendo-se necessária a colaboração de especialistas em áreas diferentes.

O primeiro paradigma que comentarei é a "interdisciplinaridade", ou seja, o que é comum a 2 ou mais disciplinas/campos de conhecimento, que só acontece se houver troca e cooperação entre os envolvidos no trabalho e suas áreas de atuação, pois escolher um tema em comum e cada disciplina o desenvolver como quiser, não é interdisciplinaridade;

O segundo é a "multidisciplinaridade", que tem diferenças com a anterior, pois se na anterior 2 ou mais disciplinas estão envolvidas, nesta há a necessidade de vários especialistas de diferentes áreas para resolver um problema;

A terceira é a "transdisciplinaridade", na qual há a integração global de várias ciências, ou seja, ainda não são vistas como interou multidisciplinares, atravessam-nas de modo a não poder ser reconhecidas dentro dos campos de conhecimento já existentes.

As especializações continuam necessárias, mas já são encaradas como um trabalho coletivo, onde um sabe dos limites de seu saber e que só articulando esses diferentes saberes para compreender o processo todo.

O que tudo isso gera? Uma cobrança generalizada e de forma decrescente entre os profissionais da educação, pois um questiona o outro sobre os conteúdos que não apreendidos pelos alunos.

Todas estas propostas foram importantes para a construção de novos paradigmas, mas não são suficientes, pois a ciência e a cultura estão descontextualizadas, visto que seus temas atendem apenas uma minoria e não a maioria da população.

O trabalho com a transversalidade resolveria este problema, pois suas temáticas, vistas como áreas de conhecimento, atravessam os campos disciplinares tradicionais e são voltadas para os interesses e necessidades da maioria das pessoas e não o contrário como na anterior.

Os temas transversais – Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho e Consumo e Orientação Sexual (oficialmente instituídos pela LDB e constam nos PCNs, mas há outros, pertinentes às necessidades da sociedade que estão não inseridos), tem como objetivo a educação em valores, na tentativa de questionar os problemas sociais e fazer uma ponte da escola com a vida das pessoas.

Não é necessário deixar de trabalhar os conteúdos curriculares tradicionais e sim tirá-los do centro do sistema educativo, enfocando os temas transversais como eixo vertebrador” desse sistema e os conteúdos são trabalhados em torno deste eixo. A formação ética para a cidadania transforma-se na principal finalidade da educação e não mais a transmissão de conteúdos apenas.

Acredito muito neste trabalho, já tentei mostrá-lo em minha escola (mais de uma vez, como já escrevi anteriormente), mas não desisto. Uma vez que sou impossibilitada, tangida, barrada pelo sistema de trabalhar como acredito (apesar de saber que temos o direito à pluralidade de idéias e concepções, garantido pela LDB), exponho minhas idéias sempre que posso (em HTPCs e HTPIs, etc.), e faço também um trabalho que o professor Ulisses denomina de “currículo oculto”, não como a maioria dos professores fazem, aproveitando “ganchos” dos currículos escolares para moralizar as crianças, segundo sua própria moral; proponho a meus alunos a busca pela solução dos problemas, através de questões que eles mesmos levantam, incitando-os à procura das respostas, não apenas de problemas morais que surgem na classe, mas em todas as áreas do conhecimento.

Não é o ideal, nem o bastante, mas não vou desistir e quem sabe algum dia alguém me ouve e nosso sistema de ensino muda? Não estou idealizando nem ficando no senso comum quando falo do trabalho com temas transversais, provo, através de tudo que aprendi, teoricamente falando, ser este, a meu ver, o melhor meio de se trabalhar com os alunos e de realmente formarmos “cidadãos críticos, participantes e integrados à sociedade em que vivem”, como sempre é colocado nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas.

CONCLUSÃO

Todas as disciplinas do curso foram muito importantes para a minha formação. Elenquei no meu trabalho apenas três, as quais mais me identifiquei, que efetivamente me mudaram muito como pessoa e conseqüentemente como profissional, pois não se reparte um do outro, como já tentaram fazer comigo diversas vezes.

A escrita do memorial é um trabalho cansativo, demorado, mas muito prazeroso, pois trouxe-me memórias que, no dia-a-dia não tenho tempo de resgatar, bem como aprofundei mais meus estudos sobre os temas que mais gostei.

Outras disciplinas também deram sua contribuição, tais como a Geografia, que nos mostrou um trabalho muito bem feito com mapas, a partir do corpo da criança, trabalhando diversas áreas do conhecimento que já usei em sala de aula e deu muito certo; outra foi a de Português, que nos trouxe a concepção do letramento e a diferença entre ser alfabetizado e letrado, muito importante para o nosso trabalho com as crianças, principalmente na pré-escola; a disciplina de Política Educacional, que nos mostrou como o Banco Mundial interfere diretamente na educação de todos os países que dele dependem financeiramente, como o nosso é claro; a Gestão Escolar nos mostrou diversos tipos de gestores, suas características e os fundamentos teóricos do ser de cada um (porque é deste jeito, baseado em quais concepções), possibilitando uma melhor análise dos nosso próprios gestores e de muitas de suas atitudes, avaliando o que está por trás delas e sendo necessário, com todo esse conhecimento, contrariamos. suas atitudes.

Enfim, citei algumas, mas volto a afirmar que, depois da faculdade eu nunca mais serei a mesma, pois ninguém mais manda em mim sem me provar o porque de tal atitude, planejo minhas aulas com muito mais segurança, acreditando no meu saber como professora, entendendo-me como um ser em processo constante de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Almerindo Janela: *Avaliação Educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas* – São Paulo: Editora Cortez, 2000
- ARAÚJO, Ulisses Ferreira de: *Temas Transversais e estratégia de projetos* – São Paulo: Editora Moderna, 2003 – (Coleção Cotidiano escolar)
- ARIÈS, Philippe: *História social da criança e da família* – Rio de Janeiro: Zahar Editores 1981
- BONOMI, Adriano: *O Relacionamento entre Educadores e Pais*. In BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Susanna (orgs). *Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- BRASIL, Ministério da Educação, *Parecer CNE n 22/98 - CEB - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* – 1998
- FREIRE, Paulo: *Pedagogia da autonomia: saberes necessário à prática educativa* – São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)
- JUNIOR, Moysés Kulmann: *Instituições Pré-Escolares Assistencialistas No Brasil (1899 – 1922)* – Dissertação de Mestrado (1990). Cad. Pesq., São Paulo (78): 17-26, Agosto 1991
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida: *Os Jardins de Infância e as Escolas Maternais de São Paulo no Início da República* – Cad. Pesq., São Paulo (64): 57-60. Fev. 1988